

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS  
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA  
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:**

**China**

**Sumário**

Introdução .....	2
1. Regras e condições gerais do regime no país, com indicação da legislação básica.....	3
2. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções	8
3. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções	9
4. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício.....	9
5. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente.....	10
6. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos).....	11
7. Tributos abrangidos pelo benefício .....	11
8. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação .....	11
9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais .....	11
10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis ..	12
11. Informações sobre a aceitação internacional do regime .....	12
12. Conclusão .....	15
Referências consultadas.....	16

## Introdução

A China possui três regimes principais que afetam a importação de bens para industrialização:

- i. um regime com características de *drawback* denominado “*Processing trade relief*” para o qual são permitidas importações de matérias primas para processamento e posterior exportação, com isenção do pagamento do imposto de importação e do ou Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esta isenção normalmente ocorre por meio da *suspensão* do imposto de importação, com a manutenção dos bens importados sob supervisão alfandegária. Não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime;
- ii. um regime denominado *Pilot Free Trade Zones* no qual, para certas regiões determinadas são aplicadas diversas políticas tributárias, aduaneiras, regulatórias e cambiais, incentivando a produção e o processamento na China. Observadas certas regras, a importação de materiais para produção ou processamento apenas está sujeita a pagamento de imposto de importação ou IVA caso os bens resultantes sejam vendidos domesticamente. Não há previsão expressa da inclusão de serviços, para tais efeitos, neste regime;
- iii. uma complexa e diversa variedade de zonas especiais, referidas em conjunto como *Special Customs Supervision Zones* (“*SCSZs*”), com supervisão especial realizada pela Administração Geral de Aduanas da China, nos quais bens importados são mantidos em zonas alfandegadas e isentos do imposto de importação, podendo ser processados e posteriormente exportados. Não há previsão expressa da inclusão de serviços, para tais efeitos, neste regime.

Como destacaremos, esses regimes compreendem complexo sistema regulatório sobre controle da Administração Geral de Aduanas da China pelo qual produtos podem ser importados para processamento e, então, exportados, com isenção do imposto de importação. Apesar disto, serviços não se incluem no âmbito deste sistema. Por essa razão, apenas as características gerais dos regimes acima são apresentadas, na seção 1 abaixo. Além disso, dados sobre as exportações sobre o regime de *Processing Trade Relief* são apresentados na seção 9.

Por outro lado, o presente memorando destaca um quarto regime, relacionado à restituição do IVA chinês nas exportações. Embora este regime não se destine especificamente a compensar ou isentar diretamente impostos aplicáveis à inclusão de serviços no processamento de produtos exportados entendemos que sua aplicação resulta em efeitos similares aos regimes objetos do presente estudo.

- iv. o regime de *Export VAT rebate* permite a exportadores obter uma restituição do IVA pago ao longo das atividades de importação e manufatura, calculado por meio da aplicação de uma porcentagem pré-determinada ao valor da exportação correspondente. A porcentagem passível de restituição depende do produto exportado, sendo frequentemente alterada. Como o IVA se aplica a certos serviços consumidos na China que podem, eventualmente, ser adicionados aos produtos exportados, entendemos que o *Export VAT rebate* pode atuar de modo a compensar os créditos de IVA adquiridos ao longo da cadeia.

Este memorando foca o regime *Export VAT Rebate*, que tem relação mais próxima com o objeto do estudo é principalmente atingido por este regime. Conforme descrito acima, para os regimes identificados nos itens “i” a “iii” fornecemos informações gerais na seção 1 (Regras e condições Gerais do Regime no país) e na seção 9.

Ademais, no decorrer da pesquisa, constatou-se adicionalmente que a legislação chinesa estipula hipóteses de tarifa zero do IVA para o fornecimento de serviços que podem ser insumos para bens exportados ou relacionados à exportação de bens. O presente memorando inclui os achados da Equipe Técnica referentes à relação entre serviços e exportações de bens no âmbito da legislação do IVA chinesa.

## **1. Regras e condições gerais do regime no país, com indicação da legislação básica**

- i. Processing Trade Relief

O regime de *Processing Trade Relief* está previsto na Lei Aduaneira chinesa, que estabelece suas regras gerais. Dentre outras regras, a Lei Aduaneira prevê obrigações padrão de registro dos devidos documentos e contratos perante a Administração Geral das Aduanas da China (“GACC”), a reexportação dos bens processados dentro de um período de tempo e a possibilidade de

verificação dos materiais utilizados.<sup>1</sup> A legislação adicional aplicável ao regime é composta por regulamentos internos e *Anúncios* emitidos pela GACC.

O regime prevê a importação de matérias primas para processamento e posterior exportação, com isenção do pagamento do imposto de importação. Esta isenção normalmente ocorre por meio da *suspensão* do imposto de importação e do IVA, com a manutenção dos bens importados sob supervisão alfandegária e posterior exportação dos bens finais.<sup>2</sup> Também podem ocorrer hipóteses de *restituição* do imposto pago por materiais importados, quando da exportação dos bens processados correspondentes – esta hipótese é aplicável para empresas com histórico de violação do regime. Os materiais importados são colocados sob supervisão aduaneira e podem ser processados em fábricas, armazéns e recintos alfandegados.<sup>3</sup> Não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime.

Há dois modos principais pelos quais o regime pode ocorrer<sup>4</sup>: (i) processamento de materiais importados comprados – hipótese na qual a empresa chinesa adquire e importa materiais, os processa e exporta o produto final por sua conta própria; (ii) processamento de materiais importados em consignação – hipótese na qual os materiais são importados pela empresa chinesa em consignação, sem que esta adquira sua propriedade, a serviço de um terceiro em outro país; este terceiro pagará pelo serviço de processamento e a empresa chinesa exportará, subsequentemente, o bem final produzido.<sup>5</sup>

O regime foi recentemente reformado quando, em 2018, a GACC tentou aumentar sua atratividade diminuindo procedimentos e simplificando regras. No novo formato, o controle do regime não é feito por registro único, que reconcilia os produtos importados e manufaturados ao longo do tempo.<sup>6</sup> O regime teve seus procedimentos de controle e declaração sobre o uso

---

<sup>1</sup> China, *Customs Law of the People's Republic of China*, artigo 33 e seguintes.

<sup>2</sup> GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Measures of the Customs of the People's Republic of China on the Supervision of Processing Trade Goods*.

<sup>3</sup> GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Regulations Governing Customs Control on the Importation and Exportation of Goods for Inward Processing*.

<sup>4</sup> GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Measures of the Customs of the People's Republic of China on the Supervision of Processing Trade Goods*, artigo 3.

<sup>5</sup> HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL, *Guides and Resources – Mainland China – 2.3. Processing Trade*.

<sup>6</sup> *Announcement No. 59 (2018) of the General Administration of Customs (Announcement on Comprehensively Promoting the Reform of the Supervision of Processing Trade with Enterprises as Units)*.

dos materiais importados simplificado recentemente, diminuindo a quantidade de informação que precisa ser fornecida ao GACC.<sup>7</sup>

ii. Pilot Free Trade Zones

As *Pilot Free Trade Zones* são zonas livres estabelecidas na China para as quais são aplicadas diversas políticas tributárias, aduaneiras, regulatórias e cambiais preferenciais, incentivando a produção e o processamento e facilitando investimentos em regiões menos desenvolvidas. O regime iniciou-se em 2013 com a criação da zona livre de Shanghai.<sup>8</sup> Desde então, diversas novas zonas livres foram criadas, totalizando 18 diferentes zonas distribuídas pelo país.<sup>9</sup>

As atividades que podem ser desenvolvidas nas *Pilot Free Trade Zones* são definidas por meio de listas negativas que estabelecem quais indústrias e negócios não podem investir dentro do regime.<sup>10</sup>

Apesar de cada zona livre possuir regras específicas, podemos apontar as medidas relevantes que favorecem a importação e processamento de bens nestas zonas. A importação de bens, máquinas e equipamentos do exterior para as zonas livres é isenta do imposto de importação, exceto em casos especialmente previstos na regulamentação ou quando importados por empresas que prestam serviços diretamente ao consumidor final.<sup>11</sup> Similarmente, o IVA somente será aplicado uma vez que os produtos deixem as zonas livres, não sendo aplicável a transações entre empresas situadas dentro da zona livre.<sup>12</sup>

Produtos fabricados ou processados nas zonas livres que entrem no mercado doméstico chinês deverão pagar o imposto de importação e o VAT correspondente, o que pode ocorrer de duas formas: (i) são aplicados os impostos devidos em relação aos bens e materiais importados para processamento; ou, (ii) são aplicados os impostos devidos em relação ao valor do bem final

<sup>7</sup> GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Announcement No. 218 (2019) on Simplifying and Standardising Customs Verification and Making Processing Trade More Convenient*.

<sup>8</sup> CHINA, *Circular of the State Council on the Framework Plan for the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone*.

<sup>9</sup> DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *China Announces New Free Trade Zones in Six Provinces*.

<sup>10</sup> CHINA, *Special Administrative Measures (Negative List) on Foreign Investment Access to the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone (2014 Amended Version)*.

<sup>11</sup> CHINA, *Circular on Relevant Import Tax Policies for the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone*, artigos 2 e 3.

<sup>12</sup> Idem, artigo 2. Também conforme DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *A Guide to China's Free Trade Zones*.

produzido.<sup>13</sup> O regime, portanto, é utilizado para importação de bens, processamento e posterior exportação. Não há previsão expressa da inclusão de serviços neste regime.

iii. Special Customs Supervision Zones (“SCSZs”)

As *Special Customs Supervision Zones* (“SCSZs”) compreendem complexas e diversas variedades de zonas especiais aprovadas pelo *State Council* chinês com supervisão especial realizada pela GACC.<sup>14</sup> Há seis tipos diferentes de zonas especiais: zonas alfandegadas (*bonded zones*), zonas de processamento de exportações (*export processing zones*), parques logísticos alfandegados (*bonded logistics parks*), portos alfandegados (*bonded ports*), zonas alfandegadas compreensivas (*Comprehensive bonded zones*) e zonas industriais transfronteiriças (*cross-border industrial zones*).<sup>15</sup>

Estas zonas vem sendo cada vez mais unificadas em *comprehensive bonded zones* de modo a simplificar os procedimentos e unificar os regimes de cada zona.<sup>16</sup> Como tais áreas são recintos alfandegados sob supervisão direta da aduana, as zonas são utilizadas para processamento de bens, inclusive também sob o regime de *processing trade relief* supramencionado.<sup>17</sup>

Para os propósitos regulatórios e aduaneiros, empresas localizadas nas SCSZs estão estabelecidas fora do território chinês. Desta forma, produtos que entrem nas SCSZ não são considerados como ‘importados’ e, portanto, não estão sujeitos ao pagamento do imposto de importação e ao IVA.<sup>18</sup> Similarmente às *Pilot Free Trade Zones*, os impostos de importação e o pagamento do IVA será devido quando e caso os bens entrem no território aduaneiro chinês para consumo.<sup>19</sup> Porém, não foram encontradas evidências de inclusão de serviços, para tais efeitos, neste regime.

iv. Export VAT rebate

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> China, *Customs Law of the People’s Republic of China*, artigo 34.

<sup>15</sup> OMC, *Trade Policy Review – Report by the Secretariat – China*. WT/TPR/S/375. Item 3.3.

<sup>16</sup> CHINA, *Notice of the General Office of the State Council on Issuing the Scheme for Accelerating Integration and Optimization of Areas Under Special Supervision by the Customs*, 2015. e CHINA, *Several Opinions of the State Council on Boosting the High-level Opening-up and High-quality Development of the Comprehensive Bonded Zones*, 2019.

<sup>17</sup> CHINA, *Notice of the General Office of the State Council on Issuing the Plan for Accelerating the Integration and Optimization of Special Customs Supervision Areas*.

<sup>18</sup> DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *China’s Special International Trade Zones: An Explainer*.

<sup>19</sup> KPMG, *Pilot VAT general tax payer status in special customs supervision zones expanded*.

O *Export VAT Rebate* trata da *restituição* do IVA na exportação de produtos e serviços na China. A exportação de bens na China é tratada na legislação do IVA como *zero rated* ou *exempt*.<sup>20</sup> Em 2016, a China reformulou grande parte de sua legislação referente ao IVA.<sup>21</sup> Duas decorrências desta reforma são relevantes para nossa análise: (i) o escopo de aplicação do IVA foi alargado e o imposto passou a ser aplicado para a maioria dos serviços; e, (ii) a exportação de determinados serviços passou também a ser tratada como *zero rated* ou *exempt*.<sup>22</sup>

Bens e serviços *zero rated* estão, tecnicamente, sujeitos ao IVA, mas sua alíquota aplicável é zero. Para bens e serviços *zero rated*, exportadores podem beneficiar-se da restituição de créditos de IVA adquiridos ao longo da cadeia produtiva. Bens e serviços *exempt* não estão sujeitos ao IVA. Para bens e serviços *exempt* a restituição não está disponível.<sup>23</sup>

Na prática, as exportações de bens e serviços *zero rated* permitem que exportadores solicitem restituição do IVA pago ao longo da cadeia, compensando o IVA pago na compra doméstica ou importação de bens e serviços que tenham, no processo produtivo, sido adicionados ao bem exportado.

As alíquotas do IVA aplicáveis a bens e serviços são alteradas frequentemente. As alíquotas aplicáveis à restituição do IVA variam conforme o produto ou serviço exportado e também são alteradas frequentemente. A reforma geral mais recente das alíquotas respectivas ocorreu em 2019, com a publicação do Announcement No 39/2019. Com esta reforma, em geral, as alíquotas aplicáveis tornaram-se de (i) 13% para a importação e aquisição de bens, serviços de processamento, reparo ou substituição; (ii) 6% para setores de serviços. As alíquotas aplicáveis à restituição variavam entre 0% a 13% a depender dos produtos e serviços exportados, tal qual se a empresa solicitante é efetivamente produtora dos bens ou apenas exportadora.<sup>24</sup> Em março

<sup>20</sup> CHINA, Interim Regulation of the People's Republic of China on Value Added Tax (2017 Revision), 2017.

<sup>21</sup> Conforme CHINA, *Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*, Document No 36/2016

<sup>22</sup> CHINA, *Announcement No. 11 [2014] of the State Administration of Taxation – Announcement on Issuing the Measures for the Administration of Tax Refund (Exemption) for Taxable Services Subject to Zero Value-Added Tax Rate*, Document No 11/2014.

<sup>23</sup> CHINA, *Announcement of the State Administration of Taxation on Issuing Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*, Announcement 24/2012.

<sup>24</sup> MINISTRY OF FINANCE, STATE ADMINISTRATION OF TAXATION AND THE GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS, *Announcement on deepening the relevant policies of value-added tax reform*, No 39/2019.

de 2020 as autoridades chinesas anunciaram o aumento nas taxas de restituição de 1084 produtos.<sup>25</sup>

A restituição do IVA na exportação, portanto, não parece se operar por meio das alíquotas ou valores efetivamente pagos pelo IVA incorrido em bens ou serviços adicionados no processo produtivo. Isto porque o montante da restituição do IVA é calculado por um percentual (*rate*) aplicado ao valor da exportação do bem ou serviço exportado, que é definida conforme a classificação tarifária do bem ou serviço.

Conforme adiantado acima, nos tópicos a seguir a abordagem detalhará o funcionamento do regime *Export VAT rebate*, cuja abrangência estende-se aos serviços.

## **2. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções**

O regime *Export VAT rebate* concede restituição do IVA na exportação de bens e serviços e, desta forma, desonera estas exportações. Conforme destacamos acima, serviços incluem-se no regime de forma *indireta*, como meio de aquisição de créditos de IVA que o regime eventualmente restitui. Assim, todos os serviços sujeitos ao IVA poderiam, em teoria, ter seus créditos pagos restituídos quando da exportação.

Os serviços sujeitos ao pagamento de IVA estão relacionados no “*Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*”<sup>26</sup>, que promoveu a reforma ao sistema do IVA em 2016. Destacamos também que serviços de processamento, reparo ou substituição (definidos em conjunto como ‘labor services’) estão sujeitos ao IVA, aos quais é aplicada uma alíquota de 16%.<sup>2728</sup>

Neste ponto, é importante também apontar que certos serviços relacionados ao comércio internacional estão sujeitos à taxa zero do IVA: (i) serviços de transportes internacionais de bens;

<sup>25</sup> MINISTRY OF FINANCE, STATE ADMINISTRATION OF TAXATION AND THE GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS, *Announcement on increasing the export tax rebate rate of certain products*.

<sup>26</sup> Conforme CHINA, *Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*, Document No 36/2016

<sup>27</sup> CHINA, Interim Regulation of the People's Republic of China on Value Added Tax (2017 Revision), 2017.

<sup>28</sup> MINISTRY OF FINANCE, STATE ADMINISTRATION OF TAXATION AND THE GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS, *Announcement on deepening the relevant policies of value-added tax reform*, No 39/2019..



(ii) transportes aéreos.<sup>29</sup> Assim, apesar destes serviços não se relacionarem com os regimes aqui analisados, a ‘isenção’ aplicada a eles opera da mesma forma na desoneração das exportações chinesas.

### **3. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções**

São beneficiárias do regime empresas chinesas que possam solicitar a restituição do IVA na exportação de produtos e, para tanto, sejam (i) registradas como um *general taxpayer*, o sendo aquelas empresas que faturem mais de RMB 500.000,00; e, (ii) exportem bens ou serviços.<sup>30</sup>

### **4. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício**

Empresas beneficiárias do regime devem submeter a documentação pertinente às autoridades tributárias locais, solicitando a restituição do IVA. O procedimento de solicitação de restituições possui particularidades conforme cada autoridade tributária local onde são realizadas as solicitações – desta forma, apresentamos as principais características do regime.

A solicitação de restituição e a documentação que deverá ser apresentada depende do tipo de empresa solicitante – se ela é apenas uma empresa comercial exportadora ou se efetivamente fabrica os produtos que exporta. A empresa deve estar registrada como um *general taxpayer* e possuir licenças para importar e exportar. De forma geral, os bens sujeitos ao regime devem ser exportados e efetivamente deixar o país. O exportador deve demonstrar que recebeu o pagamento pela transação e que a receita gerada pela operação foi registrada como receita de exportações nas contas contábeis da empresa.<sup>31</sup>

Há uma série de regulamentos que estabelecem as regras gerais de solicitação e concessão do regime. Destacamos os principais marcos na regulamentação sobre o tema:

- *Announcement 24/2012 of the State Administration of Taxation on Issuing Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services:*

<sup>29</sup> CHINA, *Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*, Document No 36/2016, Anexo 4.

<sup>30</sup> CHINA, *Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*, Document No 36/2016.

<sup>31</sup> DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *Export Tax Rebates in China*.

descreve a elegibilidade para o regime, forma de solicitação das restituições, procedimentos e cronogramas limite para as solicitações, dentre outras regras;<sup>32</sup>

- *Announcement 12/2013 of the State Administration of Taxation on Issues Concerning the Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*: altera, reforma e regulamenta as provisões do *Announcement 24/2012* supracitado;<sup>33</sup>
- *Announcement 61/2013 of the State Administration of Taxation on Adjusting the Measures for Declaration of Export Tax Refund (Exemption)*: altera os procedimentos para solicitação de restituição com o fim de aumentar a eficiência na análise e aprovação dos pedidos;<sup>34</sup>
- *Announcement 29/2015 of the State Administration of Taxation—Announcement on Issues concerning Export Tax Refund (Exemption)*: simplifica e esclarece procedimentos sobre a solicitação de restituição do IVA na exportação;<sup>35</sup>

## **5. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente**

Vide resposta ao item anterior. A concessão do regime se dá pelo cumprimento dos procedimentos de solicitação da restituição do IVA na exportação de bens e serviços. Estima-se que o período entre o pedido de restituição e o recebimento dos valores seja de dois a três meses. As empresas apresentam pedidos de restituição do IVA em suas exportações mensalmente.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> CHINA, *Announcement 24/2012 of the State Administration of Taxation on Issuing Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*.

<sup>33</sup> CHINA, *Announcement 12/2013 of the State Administration of Taxation on Issues Concerning the Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*.

<sup>34</sup> CHINA, *Announcement 61/2013 of the State Administration of Taxation on Adjusting the Measures for Declaration of Export Tax Refund (Exemption)*

<sup>35</sup> CHINA, *Announcement 29/2015 of the State Administration of Taxation—Announcement on Issues concerning Export Tax Refund (Exemption)*.

<sup>36</sup> DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *Export Tax Rebates in China*.

## **6. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)**

O regime opera por meio de *restituição* de percentual do valor da exportação de bens e serviços aplicáveis.

## **7. Tributos abrangidos pelo benefício**

O tributo abrangido pelo benefício é o IVA.

## **8. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação**

Os documentos listados a seguir são aqueles geralmente requeridos para solicitar a restituição do IVA nas exportações, sem prejuízo de regras locais e particulares a cada setor ou produto.

Normalmente, empresas devem apresentar ao menos os seguintes documentos: (i) formulário de pré declaração e, posteriormente, declaração para solicitação de restituição de exportações; (ii) declaração aduaneira comprovando a exportação; (iii) formulários de declaração do IVA para restituição; (iv) fatura de exportação e outros documentos de exportação; (v) outros documentos dependendo da participação em outros regimes aduaneiros ou tributários ou, ainda, a depender do setor produtivo ou do produto para o qual se solicita o benefício.<sup>37</sup>

## **9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais**

Não foram encontrados estudos sobre o percentual das exportações da China amparadas pelo *Export VAT rebate*.

Em relação ao *Processing trade relief*, o Trade Policy Review da China mais recente aponta que, em 2016, (i) 34,1% das exportações chinesas foram realizadas sob o regime; e, (ii) 25% das importações chinesas foram realizadas sob o regime.

---

<sup>37</sup> Os instrumentos legais que estabelecem a documentação necessária para solicitação da restituição do IVA na exportação são, principalmente, aqueles relacionados na Seção 4 deste relatório.

## 10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis

O *State Taxation Administration* informa que, em 2018, processou um total de RMB 1501,38 bilhões (USD 218 bilhões)<sup>38</sup> em restituição de IVA na exportação, um aumento de 9,7% em relação ao ano anterior.<sup>39</sup> Em 2018, a China exportou aproximadamente USD 2,5 trilhões, de forma que o valor restituído corresponde a 8,7% deste total.<sup>40</sup> Considerando as alíquotas de restituição aplicáveis, podemos concluir que a restituição do IVA é largamente utilizada. Não há indicação, entretanto, de qual porcentagem deste valor refere-se à restituição de crédito de IVA obtido na adição de serviços durante a produção de bens futuramente exportados.

## 11. Informações sobre a aceitação internacional do regime

O *Export VAT rebate* frequentemente enfrenta críticas internacionais sobre sua possível não conformidade com a legislação multilateral. Há duas principais críticas ao *Export VAT rebate*. Por um lado, as críticas regularmente descrevem o programa como um subsídio ilegal às exportações por, dentre outros motivos, discriminar entre empresas chinesas pertencentes a diferentes setores ou conforme os produtos exportados. Por outro lado, a alíquota da restituição pode também servir como um estímulo contra as exportações, mantendo matérias primas determinadas dentro do mercado chinês e afetando, desta forma, a oferta e preço dos produtos em terceiros mercados.

A China justifica formalmente a utilização do regime de restituição do IVA como uma forma de contribuir com a proteção ambiental, redução no consumo de energia e redução de emissões de poluentes. Segundo a China, as restituições seriam justificadas para desencorajar a produção e exportação de produtos poluentes e que prejudiquem o meio ambiente.<sup>41</sup>

<sup>38</sup> Considerando uma taxa de conversão de USD 1 – 6,8755 RMB para o dia 31 de dezembro de 2018, conforme a taxa oficial fornecida pelo Federal Reserve of the United States of America. Disponível em [https://www.federalreserve.gov/releases/h10/Hist/dat00\\_ch.htm](https://www.federalreserve.gov/releases/h10/Hist/dat00_ch.htm), acesso em 22 de julho de 2020.

<sup>39</sup> STATE TAXATION ADMINISTRATION, *Export refund management*.

<sup>40</sup> Dados de exportação total chinesa obtidos do TradeMap. A porcentagem calculada pode estar superestimada pelo valor das exportações não considerar os serviços exportados que podem ter se beneficiado da restituição do IVA. Dados disponíveis em <https://www.trademap.org/>. Acesso em 22 de julho de 2020.

<sup>41</sup> OMC, *Trade Policy Review – Report by the Secretariat – China*. WT/TPR/S/375. Item 3.3.

Apresentamos, a seguir, alguns exemplos de situações e casos que ilustram as críticas supramencionadas. A lista abaixo é ilustrativa e não pretende descrever a multitude de controvérsias iniciadas perante a OMC ou, ainda, a totalidade de medidas compensatórias que podem ter sido aplicadas por membros individuais da OMC.

- O regime é frequentemente objeto de questionamentos nos procedimentos de *Trade Policy Review* da OMC, que podem ser analisadas nos *Minutes of the Meeting* respectivos.<sup>42</sup> Em geral, as perguntas questionam a legalidade do regime ou indicam preocupações sobre as justificativas apresentadas sobre produtos específicos. As questões geralmente demonstram a dificuldade dos Membros em compreender o regime e as respostas costumam ser amplas, sem muitos detalhes. Apresentamos dois exemplos de perguntas e respostas a seguir:

*“Question: Please explain how discouraging the export of these types of products by disallowing a VAT rebate reduces China's production of them? Does China impose any comparable restraint on the domestic sale of these types of products?”*

*Reply: Cancellation of the VAT refund means that the products are taxed as if they were sold at home. This results in the increase of export cost, which in turn reduces production capacity for the good of environmental protection. With respect to products sold at home, China imposes consumption tax and also applies no VAT preferences with respect to high-polluting, high-energy-consuming products or products of resource nature. For instance, China levies consumption taxes with respect to battery, coating materials, wood disposable chopsticks, wood flooring, firecrackers and fireworks, etc.”<sup>43</sup>*

*“Question. Please elaborate more on VAT rebate. What government agency is responsible for VAT rebate? What items are not eligible for a rebate? What are the differences between VAT rebate and export subsidy?”*

*Reply The current export rebate rate is 16%, 15%, 13%, 10%, 9%, 6%, 5%, and 0%. In order to protect the environment, save energy and scarce resources, China adopts a policy of differential tax rebate for high-energy, high-pollution and resource-based products, and implements a lower export tax rebate rate or cancels tax rebates. The VAT export tax rebate aims to optimize the structure of export products and promote sustainable economic development. Changes in the export tax rebate system include returning the VAT export tax rebate rate for deep-processing products of corn such as corn starch and alcohol to 13%; and increasing the export tax rebate rate for cameras, video cameras, internal combustion engines, gasoline, aviation kerosene, diesel and other products to 17%. The government agency in charge of the VAT export tax rebate is the tax bureau.*

<sup>42</sup> OMC, *Minutes of the Meeting – Trade Policy Review – China*, WT/TPR/M/375/Add.1, 1 de fevereiro de 2019.

<sup>43</sup> Idem.

*China adopts a policy of differential tax rebate for high-energy, high-pollution and resource-based products.”<sup>44</sup>*

- O 2019 USTR Report to Congress on China’s WTO Compliance apresenta críticas ao regime, inclusive destacando o compromisso de questionamento deste perante a OMC, conforme destacamos:

*“In some situations, China uses border taxes to encourage the export of certain finished products over other finished products within a particular sector. For example, in the past, China targeted value-added steel products, particularly wire products and steel pipe and tube products, causing a surge in exports of these products, many of which ended up in the U.S. market.*

*For several years, the United States and other WTO members have raised broad concerns about the trade-distortive effects of China’s VAT export rebate and export duty practices through each of the biennial Trade Policy Reviews of China at the WTO, including the most recent one held in July 2018, as well as through many of the annual transitional reviews before the Committee on Market Access and the Council for Trade in Goods. Bilaterally, the United States also has raised broad concerns about the trade-distortive effects of China’s variable VAT export rebate practices in connection with multiple JCCT and S&ED meetings. Through this engagement, the United States highlighted in particular the harm being caused to specific U.S. industries, including steel, aluminum, and soda ash.*

*China has long claimed that its eventual goal is to provide full VAT rebates for all exports like other WTO members with VAT systems. In addition, at the December 2012 JCCT meeting, China agreed to begin holding serious discussions with the United States in order to work toward a mutual understanding of China’s VAT system and the concepts on which a trade-neutral VAT system is based. Subsequently, at the July 2014 S&ED meeting, China pledged to improve its value-added tax rebate system, including by actively studying international best practices, and to deepen communication with the United States on this matter, including regarding its impact on trade. Despite these commitments, China has taken no steps to abandon its use of trade-distortive VAT export rebates and to adopt a trade-neutral VAT system.”<sup>45</sup>*

- Estudo da OECD sobre distorções no mercado internacional de alumínio identificou que: *“China’s system of VAT rebates can be considered a trade-policy tool since the Government often modifies rebate rates selectively, restricting exports of certain products while encouraging others.”<sup>46</sup>*

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2019 Report to Congress on China’s WTO Compliance.

<sup>46</sup> OECD (2019-01-07), *Measuring distortions in international markets: the aluminium value chain*, OECD Trade Policy Papers, No. 218, OECD Publishing, Paris.

- Exemplos de Controvérsias perante o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC que discutem o regime são: *DS394: China – Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials*<sup>47</sup>, e *DS431: China - Measures Related to the Exportation of Rare Earths, Tungsten and Molybdenum*<sup>48</sup>. Os reclamantes argumentam que a China usa restrições à exportação para manipular o preço do mercado mundial de certos produtos e forçar produtores intermediários a se mudarem para a China, onde a oferta dos insumos é estável. A China, no entanto, argumenta que as restrições à exportação são necessárias para proteger os recursos naturais e a saúde de seus cidadãos, uma vez que a produção destes produtos é altamente poluidora.
- Exemplos de investigações sobre subsídios e medidas compensatórias que consideram o regime: “Austrália – Silicon metal from China”<sup>49</sup>; “European Union – Certain coated fine paper from China”<sup>50</sup>; “Canada – Cold-Rolled Steel from China”<sup>51</sup>; “European Union – electric bicycles from China”<sup>52</sup>; “European Union – Certain Organic Coated Steel Products”<sup>53</sup>.

## 12. Conclusão

A China é reconhecida pelo foco na produção para exportação, o que se reflete nas políticas tributárias e aduaneiras direcionadas ao comércio exterior. Porém, não foram encontradas evidência da incorporação direta de serviços a regimes aduaneiros gerais de processamento para exportação.

Uma explicação para a ausência da inclusão de serviços nestes regimes pode ser a forma como funciona o sistema de restituição do IVA nas exportações chinesas. Essas exportações estão sujeitas a uma restituição do IVA calculada pelo percentual do preço de exportação, o que poderia eventualmente compensar créditos de IVA obtidos na utilização de serviços adicionados

<sup>47</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *China Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials*.

<sup>48</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *China Measures Related to the Exportation of Rare Earths, Tungsten and Molybdenum*.

<sup>49</sup> AUSTRÁLIA, Report No 237, Alleged Subsidisation of Silicon Metal Exported from the People’s Republic of China.

<sup>50</sup> UNIÃO EUROPEIA, COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2017/1187, of 3 July 2017.

<sup>51</sup> CANADÁ, *Statement of Reasons – Cold-Rolled Steel from China – CRS 2018*.

<sup>52</sup> UNIÃO EUROPEIA, COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2019/72.

<sup>53</sup> UNIÃO EUROPEIA, Commission Implementing Regulation (EU) 2019/688.

a fabricação de produtos. Entretanto, notamos que a restituição não é, *per se*, conectada diretamente com os serviços adicionados. Além disso, o mecanismo chinês enfrenta questionamentos sobre a conformidade do regime com as regras multilaterais.

### **Referências consultadas**

AUSTRALIA, Report No 237, Alleged Subsidisation of Silicon Metal Exported from the People's Republic of China. Disponível em [https://www.industry.gov.au/sites/default/files/adc/public-record/044-final\\_report\\_-\\_other\\_-\\_final\\_report\\_237.pdf](https://www.industry.gov.au/sites/default/files/adc/public-record/044-final_report_-_other_-_final_report_237.pdf), acesso em 23 de julho de 2020.

CANADÁ, *Statement of Reasons – Cold-Rolled Steel from China – CRS 2018*, disponível em <https://www.cbsa-asfc.gc.ca/sima-lmsi/i-e/crs2018/crs2018-fd-eng.html>. Acesso em 23 de julho de 2020.

CHINA, *Announcement 12/2013 of the State Administration of Taxation on Issues Concerning the Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*.

CHINA, *Announcement 24/2012 of the State Administration of Taxation on Issuing Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*.

CHINA, *Announcement 29/2015 of the State Administration of Taxation—Announcement on Issues concerning Export Tax Refund (Exemption)*.

CHINA, *Announcement 61/2013 of the State Administration of Taxation on Adjusting the Measures for Declaration of Export Tax Refund (Exemption)*

CHINA, *Announcement No. 11 [2014] of the State Administration of Taxation – Announcement on Issuing the Measures for the Administration of Tax Refund (Exemption) for Taxable Services Subject to Zero Value-Added Tax Rate*, Document No 11/2014.

CHINA, *Announcement of the State Administration of Taxation on Issuing Administrative Measures for Value-added Tax and Consumption Tax on Export Goods and Labor Services*, Announcement 24/2012.



CHINA, China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone, disponível em: <http://en.china-shftz.gov.cn/>, acesso em 22 de julho de 2020.

CHINA, *Circular of the State Council on the Framework Plan for the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone*. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/tax/shanghai-pilot-free-trade-zone/regulations/deloitte-cn-tax-shpftz-guofa2013-38-en-zh-290913.pdf>, acesso em 22 de julho de 2020.

CHINA, *Circular on Relevant Import Tax Policies for the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone*. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/tax/shanghai-pilot-free-trade-zone/regulations/deloitte-cn-tax-shpftz-cgs2013-75-en-zh-151113.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2020. Artigo 2 e 3.

CHINA, *Customs Law of the People's Republic of China*, disponível em: <http://english.customs.gov.cn/Statics/644dcaee-ca91-483a-86f4-bdc23695e3c3.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

CHINA, *Interim Regulation of the People's Republic of China on Value Added Tax (2017 Revision)*, 2017.

CHINA, *Notice of the General Office of the State Council on Issuing the Scheme for Accelerating Integration and Optimization of Areas Under Special Supervision by the Customs*, 2015

CHINA, *Notice of the General Office of the State Council on Issuing the Plan for Accelerating the Integration and Optimization of Special Customs Supervision Areas*. Disponível em [http://www.gov.cn/zhengce/content/2015-09/06/content\\_10141.htm](http://www.gov.cn/zhengce/content/2015-09/06/content_10141.htm). Acesso em 22 de julho de 2020.

CHINA, *Notice of the Ministry of Finance and the State Administration of Taxation on Implementing the Pilot Program of Replacing Business Tax with Value-Added Tax in an All-round Manner*, Document No 36/2016

CHINA, *Several Opinions of the State Council on Boosting the High-level Opening-up and High-quality Development of the Comprehensive Bonded Zones*, 2019.

CHINA, *Special Administrative Measures (Negative List) on Foreign Investment Access to the China (Shanghai) Pilot Free Trade Zone (2014 Amended Version)*. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/tax/shanghai-pilot-free-trade-zone/regulations/deloitte-cn-tax-shpftz-negativelist2014-en-zh-070714.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2020.

DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *A Guide to China's Free Trade Zones*. Disponível em: <https://www.asiabriefing.com/store/book/a-guide-to-china-s-free-trade-zones-5366.html>. Acesso em 22 de julho de 2020.

DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *China Announces New Free Trade Zones in Six Provinces*. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/china-free-trade-zones-six-provinces/>, acesso em 22 de julho de 2020.

DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *China Briefing – Importing and Exporting in China: A Guide for Foreign Trading Companies*. Disponível em <https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2569369/Importing-and-Exporting-in-China.pdf>, acesso em 21 de julho de 2020.

DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *China's Special International Trade Zones: An Explainer*. Disponível em <https://www.china-briefing.com/news/where-to-invest-in-china-special-zones-international-trade/>. Acesso em 22 de julho de 2020.

DEZAN SHIRA & ASSOCIATES, *Export Tax Rebates in China*. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/export-tax-rebates-in-china/>, acesso em 23 de julho de 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *China – Prohibited and Restricted Imports*. Disponível em <https://www.export.gov/apex/article2?id=China-Prohibited-and-Restricted-Imports>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA *Announcement No. 59 (2018) of the General Administration of Customs (Announcement on Comprehensively Promoting the Reform of the Supervision of Processing Trade with Enterprises as Units)*, disponível em <http://www.customs.gov.cn/customs/302249/302266/302269/1897361/index.html>, acesso em 21 de julho de 2020

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *2017 Customs Report*, disponível em: <http://english.customs.gov.cn/Uploads/Reports/2017%20China%20Customs.pdf>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Administration of Unit Consumption*, disponível em <http://english.customs.gov.cn/Statics/e0def7c1-c078-4f8a-9711-ce4c954331db.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Announcement No. 104 (2018) of the General Administration of Customs (Announcement on Matters Concerning the Supervision of Processing Trade)*, disponível em <http://www.customs.gov.cn/customs/302249/302266/302269/1965269/index.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Announcement No. 121 of 2008 of the Ministry of Commerce and the General Administration of Customs of the People's Republic of China on the adjustment of the prohibited catalogue of processing trade*, disponível em <http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200812/20081205986025.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Announcement No. 218 (2019) on Simplifying and Standardising Customs Verification and Making Processing Trade More Convenient*, disponível em <http://www.customs.gov.cn/customs/302249/2480148/2803314/index.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Announcement No. 63 (2010) of the Ministry of Commerce and the General Administration of Customs to add commodities to the list of prohibited processing trade*. Disponível em <http://cys.mofcom.gov.cn/aarticle/al/201009/20100907166511.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Application and Approval Procedures for Processing Trade Enterprises' Implementation of Computer-Networked Supervision*, disponível em <http://english.customs.gov.cn/Statics/3e59b7bc-49e3-42ee-b6cb-57d1ba76244d.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Measures of the Customs of the People's Republic of China on the Supervision of Processing Trade Goods*, disponível em <http://www.asianlii.org/cn/legis/cen/laws/motcotprocotsoptg947/>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, Order No. 240 of the General Administration of Customs (Decree on the issuance of the "Decision of the General Administration of Customs on Amending Certain Rules"), disponível em <http://www.customs.gov.cn/customs/302249/302266/302268/1868425/index.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Registration of Processing Trade Contract*, disponível em <http://english.customs.gov.cn/Statics/0fb17239-06c1-47f5-a165-c0b3ffa000dd.html>, acesso em 21 de julho de 2020.

GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS OF CHINA, *Regulations Governing Customs Control on the Importation and Exportation of Goods for Inward Processing*. Disponível em <http://english.mofcom.gov.cn/article/lawsdata/chineselaw/200211/20021100053661.shtml>, acesso em 21 de julho de 2020.

HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL, *Guides and Resources – Mainland China – 2.3. Processing Trade*. Disponível em <https://research.hktdc.com/en/article/NDMyMDk1MTI2>, acesso em 21 de julho de 2020.

KPMG, *Pilot VAT general tax payer status in special customs supervision zones expanded*. Disponível em <https://home.kpmg/cn/en/home/insights/2018/02/china-tax-weekly-update-05.html>. Acesso em 22 de julho de 2020.

MINISTRY OF FINANCE, STATE ADMINISTRATION OF TAXATION AND THE GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS, Announcement on deepening the relevant policies of value-added tax reform, No 39/2019. Disponível em <http://www.chinatax.gov.cn/n810341/n810755/c4160283/content.html>, acesso em 22 de julho de 2020.

MINISTRY OF FINANCE, STATE ADMINISTRATION OF TAXATION AND THE GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS, *Announcement on increasing the export tax rebate rate of*

certain

products.

<http://www.chinatax.gov.cn/chinatax/n810341/n810755/c5146338/content.html>, acesso em 22 de julho de 2020.

OECD (2019-01-07), *Measuring distortions in international markets: the aluminium value chain*, OECD Trade Policy Papers, No. 218, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/c82911ab-en>. Acesso em 23 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – *Trade Policy Review – Report by the Secretariat – China*. WT/TPR/S/375. Item 3.3

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *China Measures Related to the Exportation of Various Raw Materials*. Disponível em [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds394\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds394_e.htm), acesso em 23 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *China Measures Related to the Exportation of Rare Earths, Tungsten and Molybdenum*. Disponível em: [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds431\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds431_e.htm), acesso em 23 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Minutes of the Meeting – Trade Policy Review – China*, WT/TPR/M/375/Add.1, 1 de fevereiro de 2019.

STATE TAXATION ADMINISTRATION, *Export refund management*. Disponível em <http://www.chinatax.gov.cn/eng/c101270/c101274/c5099646/content.html>, acesso em 22 de julho de 2020.

THOMSON REUTERS, *China Uses Innovative Methods to Stimulate Processing Trade*. Disponível em <https://tax.thomsonreuters.com/blog/china-uses-innovative-methods-to-stimulate-processing-trade/>, acesso em 21 de julho de 2020.

UNIÃO EUROPEIA, COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2017/1187, of 3 July 2017. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R1187&from=EN>, acesso em 23 de julho de 2020.

UNIÃO EUROPEIA, Commission Implementing Regulation (EU) 2019/688, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R0688&from=EN>. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIÃO EUROPEIA, COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2019/72, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R0072&from=EN>, acesso em 23 de julho de 2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, *2019 Report to Congress on China's WTO Compliance*. Disponível em: [https://ustr.gov/sites/default/files/2019\\_Report\\_on\\_China%E2%80%99s\\_WTO\\_Compliance.pdf](https://ustr.gov/sites/default/files/2019_Report_on_China%E2%80%99s_WTO_Compliance.pdf), acesso em 23 de julho de 2020.